

Mangueira: o associativismo e a política em tempos de UPP

Vinicius Miranda Gentil¹

Resumo

O novo modelo de policiamento colocado em processo no Rio de Janeiro suscita inúmeras questões. Na velocidade da chegada das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em algumas favelas cariocas, novas pesquisas surgem a fim de investigar a metodologia utilizada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. A inovação no modelo de “polícia pacificadora” consiste na estratégia de buscar um “policiamento de proximidade”, o que já denota um panorama inovador na cena carioca. Neste artigo, a discussão segue na direção de pesquisar o impacto da implantação de uma UPP no tecido associativo de uma favela, Mangueira, que por característica própria, traz uma série de atores na dinâmica da sociabilidade local.

Palavras-chave: Associativismo, Favelas e UPP

Abstract

The new policing model put in process in Rio de Janeiro brings up many questions. Following the speed of arrival of the Police Pacification Units (UPPs) in some slums, new studies are come up in order to investigate the methodology used by the State Department of Public Security. The innovation on the "police pacification" model consists on a strategy of reach a kind of “policing by proximity”, which already points on an innovative panorama in Rio de Janeiro’s city ground. In this article, the discussion goes toward researching the impact of the implementation of an UPP in the inner field of Mangueira’s Hill slum, which by its own particular characteristic brings up a number of actors in the dynamics of local sociability.

¹ Pesquisador Associado do ISER. Doutorando em Ciências Sociais pela UERJ.

Keywords: Associations, Slums and UPP

A dinâmica das favelas cariocas começou a fazer parte da minha agenda quando conheci mais de perto as ações do Observatório de Favelas², que de forma inexorável, me fez enxergar esses espaços da cidade com outro olhar. Como a instituição é localizada na Maré, tive a oportunidade de conhecer o “Complexo”³ e observar o quão heterogêneo e plural pode ser um conjunto de favelas, ao mesmo tempo em que enfrenta problemas em infraestrutura urbana e social em pleno século XXI. Esse contato me fez mergulhar em alguns cenários diferentes na cidade do Rio de Janeiro, que me permitiram pensar uma proposta de análise mais densa sobre seu cotidiano.

A trajetória desses espaços também me fazia pensar nas dinâmicas de sociabilidade que os marcavam. No seu interior, as favelas projetam encontros e possibilidades nas interações. Estive com vários presidentes de associações de moradores, com líderes culturais, lideranças políticas, representantes de instituições e moradores. Caminhei nos “becos, vielas e buracos”⁴ não só na Maré como em várias favelas da cidade, sempre com um olhar sobre as relações que marcavam a disputa no movimento associativo e nas interferências políticas.

O que inicialmente era a rotina de trabalho numa das favelas mais conhecidas da cidade se transformou em meu campo de pesquisa. A cada liderança dos coletivos da favela que conhecia, um cenário diferente se colocava em meu cotidiano. Essa diversidade me fez querer conhecer mais a Mangueira, e a partir daí meu objeto de pesquisa foi se definindo. Observar o cotidiano das favelas e conhecer o quanto podem ser plurais me indicou uma possibilidade que considerei ser relevante na discussão: o associativismo local e a relação com a política, tão presente e atuante na favela.

² O Observatório de Favelas é uma organização social de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. Buscamos afirmar uma agenda de Direitos à Cidade, fundamentada na resignificação das favelas, também no âmbito das políticas públicas.

³ A palavra “Complexo” começou a ser usada pela Prefeitura do Rio de Janeiro a partir de 2008, com o objetivo de publicar números aparentemente menores de favelas na cidade. Vale ressaltar que as favelas continuam cadastradas no SABREN/IPP, porém a divulgação segue esta normativa.

⁴ Trecho da música *Agonia do Samba* de autoria de Nelson Sargento.

Na busca pelo entendimento das relações associativas na Mangueira, entender o processo histórico torna-se central na pesquisa. Além de conhecer com maior profundidade as dinâmicas que pautaram o surgimento das favelas, procurei me deter no processo histórico da Mangueira e na formação do seu tecido social, como forma de deixar mais nítida as relações que encontrava.

Andar e perceber o contexto nas favelas foi primordial para pensar os laços de coexistência nesses espaços e as diferenças, tão propaladas, com a dita “cidade formal”, assim como entender a trajetória histórica torna-se fundamental para contextualizar o recorte da pesquisa, além de possibilitar um entendimento mais concreto daquilo que estou propondo enquanto lócus da pesquisa.

Chego à favela da Mangueira em junho de 2011 como Gestor Local do Programa UPP Social⁵. Aliás, como esse ainda era um momento de “favela-ocupada”,⁶ me coloco, nesse movimento de chegada e inserção na favela, como um gestor público do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), da Prefeitura do Rio de Janeiro. Isto porque o nome UPP Social, ainda era visto como sinal de rejeição e até mesmo de possível fragilidade, sobretudo no quesito da segurança, diante de alguns interlocutores, e falar do IPP não significou um problema, pois era a autarquia responsável pela coordenação do programa.

Inicialmente, a Mangueira era apenas o território em que iria atuar enquanto gestor do programa municipal. Minha função era coordenar e articular as políticas públicas desta favela, trabalhar na qualificação das demandas locais, além da produção de informação para o investimento público em todas as esferas e indução de parcerias com sociedade civil e setor privado para o apoio de organizações atuantes na favela. O objetivo macro do programa é a produção de Planos de Desenvolvimento Locais

⁵ A UPP Social é a estratégia da Prefeitura do Rio de Janeiro para a promoção da integração urbana, social e econômica das áreas da cidade beneficiadas por unidades de polícia pacificadora (UPPs). A UPP Social tem como missão mobilizar e articular políticas e serviços municipais nesses territórios, e, para isso, coordena esforços dos vários órgãos da Prefeitura do Rio e promove ações integradas com os governos estadual e federal, a sociedade civil e a iniciativa privada, sempre em favor do desenvolvimento e da qualidade de vida nas comunidades em áreas de UPP. Com isso, busca a consolidação e o aprofundamento dos avanços trazidos pela pacificação, com o objetivo de reverter o legado da violência e da exclusão territorial nesses espaços.

⁶ O termo é utilizado aqui para diferenciar dois momentos no processo de pacificação. Neste caso, ‘favela ocupada’ significa um período de atuação do BOPE (Batalhão de Operações Especiais), que precede a implementação da UPP.

gerados a partir do trabalho cotidiano na comunidade, da interlocução permanente com as instituições públicas e da sociedade civil, reforçando o caráter participativo, além de fomentar arranjos territoriais que protagonizem o desenvolvimento do plano.

Apesar de minha entrada estar vinculada ao papel que desempenhava enquanto gestor público, o olhar para as dinâmicas locais me seduziu no interesse de entender o comportamento das pessoas que a todo dia encontrava, sobretudo diante da formação de grupos locais, além de iniciar a tentativa de compreender as relações que marcavam cada um dos espaços. Na busca pela compreensão das relações, o posicionamento das lideranças e o que cada uma representava, pautava minha observação. Interessante colocar e ressaltar essa questão, pois tais representações estão colocadas ali por um viés institucional marcante, que tem, justamente, o caráter de delimitar as relações sociais na favela.

A sociabilidade da Mangueira aponta em várias direções, que me faziam questionar a todo instante o posicionamento de cada interlocutor, os códigos existentes naquele lugar, e os arranjos sociais que buscavam se unificar (em alguns casos). E todos, inclusive minha entrada enquanto gestor do programa UPP Social na Mangueira, estavam ali a partir da implementação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Os atores locais pareciam montar estratégias de reposicionamento no território, medindo as relações sociais e monitorando a chegada de diversos outros atores no contexto da “pacificação”.

Além da chegada da UPP, mudança mais radical que de forma inequívoca altera a dinâmica de todos na favela (afinal de contas os códigos e a regulação local se defrontariam com a tentativa de implementação de modelos tradicionais de ordem e regulação usados na cidade), as derivações desse processo impactam a sociabilidade da Mangueira, criando um novo cenário.

Todas as relações históricas da favela estavam sendo colocadas a partir desse outro cenário. Os “crias”⁷ da Mangueira obrigatoriamente se defrontariam com novos atores. A sociabilidade local estava passando por mudanças. Essa dinâmica tornou-se central na minha pesquisa.

⁷ O termo “cria” é usado na Mangueira para definir aqueles que são nascidos na favela. Como em outras favelas da cidade o termo é usado para caracterizar aqueles que fazem parte dos grupos criminosos.

Nessa compreensão da subjetividade das relações, utilizei uma abordagem etnográfica. Somente através da imersão no cotidiano da favela e com o olhar atento para as questões que norteavam as relações comunitárias, foi possível entender a relação que começava a se estabelecer a partir da participação policial na vida da Mangueira. Os relatos de Foote Whyte (2005) sobre sua inserção no campo de pesquisa reforçam a metodologia que deve ser seguida por um etnógrafo ao realizar a observação participante, e que me orientou e orienta no cotidiano da favela:

Descobri que isso era verdade. Sentando e ouvindo, soube as respostas às perguntas que nem mesmo teria tido a ideia de fazer se colhesse minhas informações apenas por entrevistas. Não abandonei de vez as perguntas, é claro. Simplesmente aprendi a julgar quão delicada era uma questão e a avaliar minha relação com a pessoa, de modo a só fazer uma pergunta delicada quando estivesse seguro de minha relação com ela. (2005, p. 304).

A entrada no morro e as arenas públicas

Meu contato com a favela se deu através de uma reunião organizada pela SEASDH (Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos). O local escolhido foi a Quadra da Fundação⁸, na localidade conhecida como Telégrafos, no alto do morro. A subida foi de carro, através das ruas Vigário Morato e Jupará, o que cria um afastamento para quem pretende estar presente no cotidiano. Apesar de ser uma reunião importante e que me abriu a possibilidade de fazer contatos, foi a partir da ideia de desbravamento que foi possível refletir sobre os arranjos coletivos e a cultura local da Mangueira.

Nessa descoberta da Mangueira, o primeiro olhar consegue descrever uma favela viva, sobretudo ao falar da principal entrada, a Travessa Saião Lobato, mais conhecida como Buraco Quente⁹. Localizada bem próxima do Palácio do Samba (quadra da Escola Estação Primeira de Mangueira), a travessa, que representa o principal e mais fácil acesso a Mangueira, tem aproximadamente 1 Km. A entrada

⁸ O Nome “Quadra da Fundação” refere-se à Fundação Leão XIII, que fica nos fundos do espaço esportivo.

⁹ O Buraco Quente é a localidade mais conhecida na Mangueira. Desde o surgimento da favela, o buraco Quente era referência de um lugar tenso, onde os “malandros e valentes” se encontravam. A trajetória histórica comprova essa ideia trazida no próprio nome. Localidade de mais fácil acesso, o Buraco Quente sempre foi o local de maior venda de drogas da Mangueira, até mesmo pela proximidade com a área formal.

conta com alguns botecos, sempre cheios, padaria e algumas pequenas lojas, seja o comércio de sorvetes, de açaí, de material de papelaria, além de lojas que vendem de tudo um pouco. Algumas pensões também ocupam a Travessa. No meio de todo esse comércio, o som de uma Igreja Pentecostal Assembleia de Deus se mistura ao som das máquinas e dos bares, que normalmente tocam *funk* ou samba. No lado esquerdo, uma Igreja Católica complementa esse cenário.

O grande volume de pessoas que sobem e descem a Travessa impressiona. O número de jovens nas portas das casas, na entrada dos becos ou reunidos na entrada de algum comércio chamou minha atenção. E a tal “favela viva” era a representação desse ir e vir, som alto, mistura do profano e do sagrado¹⁰, e a certeza de que minha entrada seria discreta se desfez com os olhares.

Em todo o percurso da Travessa, becos do lado esquerdo e direito complementam a localidade. Os limites de cada uma das localidades não são exatos, por isso a necessidade de falar dos becos e vielas que compõem as fronteiras do Buraco Quente. Avançando na travessa, mais becos de ambos os lados e menores botecos. Menos circulação, e mais olhares de estranhamento em relação a mim. Esse número grande de bares e botecos pode ser explicado pelo baile *funk* que “rolava” em toda a travessa antes da ocupação.

Do meio para o final da Travessa, a presença da Associação de Moradores e de duas instituições, Casa de Cultura e Referência Afro-Urbana (CCRAU) e o Batuque Favela, permite um estranhamento menor nessa circulação de pessoas estranhas à favela. O final da travessa, com uma pequena subida mais íngreme, liga essa parte mais acessível da favela ao seu “miolo” (parte mais central e densa), próximo à Travessa “Bastião” (Sebastião), e a Quadra da Poló (quadra esportiva).

Nessa caminhada, conheci as lideranças mais formais (representando as associações de moradores), algumas lideranças informais (igrejas, instituições, partidos políticos), e outras que conseguem fazer uma intercessão nos dois modelos descritos. Foi possível identificar a formação de alguns grupos e a ligação com a estrutura política da cidade. As especificidades da Mangueira foram sendo descortinadas a cada reunião, a cada contato e a cada encontro.

¹⁰ O sagrado aqui é representado pelo som das igrejas evangélicas, e o profano pelo som do funk que “rola” nos bares.

A construção do objeto de pesquisa é um somatório do trabalho de gestão pública no âmbito da UPP Social, da observação e vivência do cotidiano da Mangueira e da relação de grupos políticos e lideranças locais a partir da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora na favela.

Nova Liderança? As estratégias da UPP e os impactos no campo associativo da Mangueira.

O emaranhado associativo da Mangueira, com a participação das lideranças tradicionais, das instituições locais e do grupo político coordenado pelo deputado Chiquinho da Mangueira, ganha compulsoriamente um ator “indesejado” pela favela: a Polícia Militar via Unidade de Polícia Pacificadora – UPP.

Discutir a presença policial a partir do associativismo é algo muito recente, uma vez que a instituição sempre esteve ligada ao conflito e à extrema violência utilizada nas favelas cariocas. Utilizando a representação da favela como espaço do crime e da violência, e a ampliação do domínio territorial por grupos armados reforçando a “situação de guerra” na cidade do Rio Janeiro, o Estado embasou seus métodos violentos nesses espaços. O artigo de Leite (2012) descreve bem esse cenário na cidade:

Dois pontos associados nesta formulação devem ser ressaltados. Primeiro, a *favela* é representada como território da não cidadania, submetida a uma força concorrente à do Estado. Segundo, a responsabilidade do Estado na proteção dos *favelados* quando em combate ao crime é diluída tanto pela “situação de guerra”, quanto pelo fato de que, responsabilizados por suas escolhas pretéritas, não haveria inocentes entre eles. Assim, caberia aos mesmos arcarem com os custos de terem “optado” por um dos “lados” da “cidade partida”. A metáfora da guerra fez, assim, transitar parte da discussão da violência do campo da segurança pública para um terreno moral, em que os *favelados* foram tomados como cúmplices dos bandidos pela via das relações de vizinhança, parentesco, econômicas e da política local. (2012, p. 380)

Como bem colocado por Leite (2012), esse modelo resulta numa fronteira demarcada entre moradores e polícia militar, onde, muitas vezes, os grupos criminosos servem como protetores dessa população refém da violência. Essa “guerra” cotidiana nunca conseguiu apresentar resultados positivos. De modo reverso, o que ocorreu na

relação polícia e favela foi à criação de uma repulsa de ambos os lados. Apesar do não envolvimento da população favelada com o crime, a identificação de “coniventes” se consolidou no imaginário da polícia. Havia uma necessidade urgente de intervenção na prática policial nas favelas.

As Unidades de Polícia Pacificadora surgiram a partir de uma experiência localizada na favela Santa Marta¹¹. Na verdade, a ocupação nessa favela foi algo muito peculiar, devido ao agravamento de uma guerra de grupos criminosos rivais. Depois de decidir não sair mais da favela, a Secretaria de Segurança do Estado (SESEG) começou a pensar uma estratégia de consolidação desse processo. Logo depois, em janeiro de 2009, por iniciativa do comandante do batalhão da região da Cidade de Deus, esta favela também é ocupada de forma permanente. O *start* para tornar a proposta de ocupação em um movimento planejado para algumas áreas da cidade estava dado.

O lançamento do programa não garantiu um planejamento estruturado e uma diretriz para explicar o que seria a polícia pacificadora. Entretanto, algumas linhas conceituais estavam definidas. A primeira delas é a estratégia de ocupação via “guerra anunciada”. Esse procedimento prevê o anúncio da ocupação da favela, dando dia e hora para a entrada da polícia de forma definitiva. A ideia era evitar os históricos conflitos violentos, possibilitando a saída parcial dos grupos criminosos da favela. Outra determinação clara era a retirada do armamento pesado das favelas. A ocupação constante da favela pela Polícia Militar evitaria a circulação de fuzis e pistolas. Rodrigues e Siqueira (2012) aprofundam um pouco mais essa questão:

A retomada do controle territorial tem como aspecto central a retirada do poder armado do tráfico de drogas e não a erradicação dessa atividade ilegal no interior das favelas ocupadas. Essa mudança de prioridades foi apontada pelo secretário estadual de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, em declarações como a seguinte: “Não podemos garantir o fim do tráfico de drogas, nem temos essa pretensão. (...) O que queremos quebrar é o paradigma do território controlado por traficantes com armas de guerra” (José Mariano Beltrame, em declaração publicada no jornal britânico *The Guardian*).¹² O combate ao tráfico de drogas, ponto central da retórica predominante entre as autoridades, no que tange à questão

¹¹ A Favela Santa Marta localiza-se em Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro. A ocupação aconteceu em dezembro de 2008.

¹² “Rio de Janeiro police occupy slums as city fights back against drug gangs”, *The Guardian*, Londres, 12/04/2010.

da segurança pública no Rio de Janeiro¹³, é sustentado no discurso do secretário de Segurança como aspecto residual diante da prioridade de retirada do controle armado. (2012, p. 10)

As UPPs se apresentam como um grande avanço na agenda de segurança pública do Rio de Janeiro. Depois de algumas experiências de policiamento comunitário, como o GPAE (Grupamento de Polícia em Áreas Especiais), as unidades pacificadoras parecem partir de pontos que mudam a vida do morador de favela. Mesmo com muitos problemas e ajustes a serem feitos, visto ser um projeto em pleno processo de amadurecimento, a garantia de diminuição (ou em alguns casos a finalização) dos conflitos violentos diários e a maior circulação dos moradores nessas áreas, faz dele um importante canal capaz de propor uma nova relação do Estado com as favelas. Silva (2012) ratifica a importância das UPPs no que tange à possibilidade de romper com a lógica privada:

A razão do sucesso da estratégia policial é facilmente explicável: as UPPs representam a possibilidade de romper com a privatização da soberania, quer dizer, a capacidade de regular a ordem pública da cidade por grupos criminosos. No caso do tráfico de drogas, esse domínio é efetivado por jovens sem noção de limites fundamentais no sentido de respeito ao direito do outro, ao espaço público, à vida alheia e as normas básicas de civilidade. Um território no qual se perdem as condições de ser organizado a partir de regras básicas de convivência, tendo em vista que o desejo do chefe do grupo é o que define os limites das práticas sociais – ou a ausência deles. (2012, pp. 142-143)

Na Mangueira, a instalação ocorreu em 3 de Novembro de 2011. A experiência com outras unidades já havia amadurecido em algum grau a organicidade e o modelo de policiamento perseguido pela SESEG. Por exemplo, o modelo de eventos realizados pela ONG Rio Solidário em parceria com a SESEG. A ideia dos eventos caminhava no sentido de aproximar a polícia dos moradores. Algumas experiências realizadas em outras unidades são trazidas na categoria das “boas práticas”, potencializando as relações comunitárias. A própria estratégia de cafés comunitários realizadas em batalhões é trazida para as unidades.

¹³ Sobre a questão da centralidade do “combate” na visão tradicional da gestão de segurança pública no Rio de Janeiro, pode ser consultado o ensaio de Cerqueira (2001).

Nesse mesmo ano, através do decreto 42.787/11, o Estado buscou criar uma estrutura para as unidades e busca definir a base conceitual para as ações policiais nas UPPs. A orientação conta com um novo termo, “polícia de proximidade”, ampliando o escopo de atuação da polícia. O item “b” do campo **objetivos** indica uma nova atribuição policial:

§ 2º São objetivos das UPP:

- a) consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada;
- b) devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico.

A garantia do desenvolvimento social e econômico se junta à oferta de cidadania plena, dando pistas de uma estratégia de atuação diferenciada. Mesmo sem uma definição concreta, o termo proximidade aponta um caminho que privilegie a relação com os moradores.

Diante desse universo recente das UPPs e dos decretos ainda muito subjetivos, o novo modelo de policiamento depende majoritariamente da iniciativa dos comandantes locais e daquilo que entendem a partir das orientações dadas pela Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP). No caso das UPPs, os comandantes são oficiais capitães ou majores.

A composição do efetivo policial de uma UPP também segue uma norma diferenciada. Os praças que seguirão para as unidades precisam, obrigatoriamente, ser policiais recém-formados, a fim de evitar a utilização de velhas práticas policiais, sobretudo em relação às favelas.

É com essas ferramentas que a UPP Mangueira/Tuiuti¹⁴ se coloca no tecido associativo da Mangueira. Com a meta de executar um novo modelo de policiamento pautado na proximidade, nas relações comunitárias, sendo protagonista nas relações, a UPP se envolve na favela possibilitando alterações na dinâmica local. São exatamente essas relações que procurei identificar na pesquisa. O cenário associativo na Mangueira é o seguinte: a) associação de moradores; b) Organizações locais (ONGs,

¹⁴ A favela do Tuiuti foi desmembrada da UPP Mangueira/Tuiuti, sendo abarcada pela UPP Barreira do Vasco, justificado pela proximidade histórica das favelas.

igrejas etc.); c) Grupos Políticos; d) Poder Público (Escolas, CRAS, Agentes de Saúde, UPP Social etc.); e) Grupos Criminosos; f) Polícia Militar – UPP.

Somente a presença constante da Polícia Militar representava um estranhamento nas ações. O medo e o constrangimento sempre tomaram conta das reuniões onde havia a participação de policiais. A primeira reunião comunitária, com a participação do comando local e os demais atores citados, ocorreu no Fórum da UPP Social, organizado e mobilizado por mim e por minha companheira de campo, Raquel Lima, e com a fundamental participação do grupo político comandado por Biriba (morador, assessor político – PMDB Comunitário) e Celso Peres (ex-presidente da Associação de Moradores da Mangueira – PMDB Comunitário). Como havia pouco tempo para a mobilização (cerca de duas semanas), convidamos a associação de moradores, o comando local, as ONGs locais, alguns pastores, a paróquia da Candelária, comerciantes, professores da rede pública, assistentes sociais do Centro de Referência de Assistência Social da Candelária, os agentes de saúde da Clínica da Família Dona Zica, enfim, a tentativa foi de convidar o máximo de pessoas possível para que o encontro fosse ampliado e plural.

O Fórum foi de grande importância para identificar o posicionamento de alguns personagens na arena pública. Como a UPP Mangueira era a de maior expressão naquele momento, o comandante da CPP, Coronel Seabra, compareceu ao Fórum, dando um peso maior ao encontro. Todas as lideranças comunitárias compareceram ao encontro, incluindo o grupo político do PMDB Comunitário. Também marcaram presença algumas lideranças religiosas, representantes do poder público, das secretarias municipais, governo do Estado e muitos moradores. Assinaram a lista de presença 109 pessoas. O Fórum foi realizado na quadra da fundação (ou Telégrafos) na localidade dos Telégrafos, no alto da favela. A escolha desse espaço levou em consideração a localização, a fim de favorecer a participação dos moradores e também a possibilidade de vias carroçáveis para a participação dos convidados das diversas secretarias municipais. É importante destacar que a quadra fica em frente à associação de moradores do Telégrafos, local onde Mano (presidente da associação de Moradores) trabalhava diariamente.

A ocupação da arena pública é um ponto importante na descrição. Para o trabalho etnográfico, a organização desses encontros possibilita a compreensão de

uma série de variáveis. O comando da Polícia Militar (Cel. Seabra¹⁵, capitão Nogueira e a subcomandante Tatiana) sentaram junto com as lideranças locais, com representantes do poder público e com o Chiquinho da Mangueira. No decorrer do Fórum, as primeiras falas depois da apresentação de Ricardo Henriques (presidente do IPP e coordenador da UPP Social), são direcionadas para o comando da UPP e para as lideranças, marcando a importância do novo cenário associativo. Quando a fala é passada ao presidente da associação, Mano, o mesmo prefere não falar, passando a vez para Celso Peres. Essa recusa não é normal, pois essas arenas públicas normalmente são usadas para pressionar o poder público no atendimento das prioridades da favela, e com o advento da força policial permanente na favela, criticar a ação policial das UPPs, se necessário. Mano permaneceu no Fórum, mas apenas como observador. O porta-voz do grupo político e da ação comunitária foi Celso Peres e depois Pedrão, que usaram o microfone para alertar sobre os problemas da Mangueira, sobretudo a ocupação do prédio do IBGE, projeto idealizado por Pedrão.

Outra observação importante foi a recusa de jovens em participar da reunião. Chamados a entrar na quadra, recusaram imediatamente, alegando a presença da UPP. Aliás, muito do que foi discutido no Fórum recai em problemas de infraestrutura, problemas sociais e críticas ao policiamento da UPP. A regulação foi tema recorrente. A definição da necessidade de autorização policial para qualquer evento na favela sofreu diversas críticas.

O Fórum foi fundamental, pois reuniu na mesma cena pública as principais lideranças e atores que compõem o tecido social da Mangueira. Além de ratificar o processo de mapeamento dos diferentes atores da favela, o discurso nesse tipo de arena (ou a falta dele) possibilitava uma leitura diferente do dia a dia da minha posição de gestor público.

Detalhe igualmente relevante é a estratégia de participação da polícia militar nesse tipo de encontro comunitário. Normalmente, os conhecidos cafés comunitários são realizados nos batalhões ou em “campo neutro”, e são pautados pela própria polícia, deixando pouco espaço para as discussões e críticas. É verdade que o Fórum da UPP Social segue uma dinâmica institucional, ritualizando algumas falas e direcionando

¹⁵ Atualmente o Comandante do CPP é o Coronel Caldas, recém-chegado no cargo com a mudança do comando da polícia.

o modelo de discussão. Até mesmo o posicionamento do comando local e dos principais atores segue uma assimetria marcada em relação aos moradores, com espaço reservado para tais personalidades. A ordem das falas também reforça essa assimetria, visto que as primeiras são, respectivamente, do presidente do Instituto Pereira Passos e depois do Comandante Local, ou no caso da Mangueira, do Comandante das UPPs. Entretanto, a despeito dessa organização que privilegia os atores do poder público e no limite a polícia militar, o fórum permite ser pautado pelos moradores, desde assuntos que envolvam o descaso da Prefeitura e do Estado, a problemas de ordem policial, que no caso é o fator novo nesse processo das UPPs.

UPP em ação: a reconfiguração na arena pública e as estratégias de inserção.

O Fórum da UPP Social foi o primeiro encontro dos moradores com comando da UPP depois da inauguração. A partir daí, a iniciativa seria do comando local. Sendo assim, a primeira investida seguiu os ditames tradicionais dos batalhões: a oferta de um café comunitário com o Comando da UPP Local. O local escolhido foi uma Igreja Evangélica localizada na Rua Visconde de Niterói, ou seja, na área formal (a não-favela) da Mangueira. Imaginando que a iniciativa visava aproximar a população da Mangueira à Unidade Pacificadora local, a localização tem um peso relevante para essa estratégia. A realização num espaço que não tem identificação com a favela, que não representa seus moradores, segue na direção contrária, mantendo o distanciamento e reforçando os velhos estigmas da relação entre policial e favelado.

A dinâmica e o modelo dos “cafés comunitários” seguiram a mesma lógica, isto é, mesa composta pela polícia ditando a pauta e nenhuma discussão sobre as estratégias de policiamento e sobre a participação da comunidade nas decisões da unidade. Particpei de seis encontros, e em todos a reunião tornava-se uma central de informações, e no caso de um problema mais grave em relação a segurança, como tiroteios, abuso de poder e violência policial, o capitão usava o espaço para explicar o ocorrido. A tentativa de dar um retorno das ações da UPP por parte do comando é um ponto positivo, desde que haja debate e que os moradores se sintam ouvidos e atendidos (dentro do que prevê a lei) quanto à organização policial no campo e os desafios dessa proposta. A marca dos encontros organizados pela polícia é o

esvaziamento e o discurso institucional para os mesmos representantes. O desconforto é percebido em todos esses encontros, seja por parte das lideranças, seja por parte dos policiais. Cumpre-se, em ambos os lados, a formalidade do encontro, sobretudo pela representação do poder e da ordem trazidos pela UPP.

Depois desse encontro, a promoção de eventos marcou as estratégias utilizadas pela UPP. Foram várias iniciativas. Dentre elas, destaco o evento *gospel* com o grupo musical Diante do Trono, realizado no Buraco Quente, e os passeios ofertados para as crianças da favela, como por exemplo, os jogos de vôlei do time OGX/Rio de Janeiro no Maracanãzinho.

O evento *gospel* foi emblemático, pois continha dois objetivos: a realização de um *show* cristão no Buraco Quente, justamente pela representação simbólica de transformação daquele espaço de maior atuação do tráfico num ambiente de “paz”, e pela participação efetiva do capitão Nogueira, que também é músico e tocava com a banda. O evento contou com a participação de muitos cristãos evangélicos da Mangueira. Para finalização apoteótica do *show gospel* na UPP, uma banda cristã do BOPE tocou junto com o grupo de louvor Diante do Trono. Eram os “caveiras de Cristo” na função de romper as representações negativas da polícia militar. A contradição era a seguinte: de que forma o Batalhão de Operações Especiais (que o próprio nome define como um policiamento de operações especiais, voltado para o conflito) se mistura com a ideia de um novo modelo de policiamento?

O PMDB comunitário: assessores “crias” fazendo política

Um dos resultados mais importantes da pesquisa refere-se à atuação do PMDB Comunitário, que surge como algo inusitado no universo da favela da Mangueira, sobretudo pelo perfil nada ideológico¹⁶ do partido. Em companhia da atuação do grupo comunitário, a presença do deputado Chiquinho e seu modelo de atuação são centrais na perspectiva da funcionalidade política do grupo da Mangueira.

¹⁶ Desde o período de redemocratização, o PMDB esteve sempre ao lado dos governos. Sejam eles de mais liberais e de centro-direita, sejam eles com um viés mais a esquerda. A ideia de organização comunitária sempre esteve ligada aos partidos de esquerda, com atuação militante, ideológica, totalmente diferente das práticas peemedebistas.

Para dentro da favela, o fortalecimento do grupo e a cooptação de mais pessoas para atuação política se dá com a visibilidade das ações e o controle de tais acessos. O político local precisa estar sempre vinculado às intervenções do poder público, demonstrando influência e autoridade. Utilizo Palmeira e Heredia (2010) para traduzir essa relação do PMDB Comunitário em relação ao controle das ações e à estratégia de atuação política:

Se fazer favores gera poder, fazer política (e, na concepção corrente, quem faz política tem poder) significa fazer favores numa escala que extrapola o grupo de “iguais”, que foge, portanto, ao controle da comunidade, que gera redes de desiguais. Investir na política, do ponto de vista dos que fazem parte dessas comunidades, significa algo como desinvestir-se de seus próprios poderes. (2010, p. 127)

Kushnir (2007) reforça a ideia de uma política pautada pela perspectiva do acesso aos recursos públicos. Na lógica da favela, é muito recorrente a utilização de intervenções públicas como moeda de troca para os políticos locais. Nesse sentido, a prática do PMDB Comunitário e de seu maior destaque da região é alicerçada através desse esquema:

A política é entendida, aqui, principalmente como um meio de acesso aos recursos públicos, no qual o político atua como mediador entre comunidades locais e diversos níveis de poder. Esse fluxo de trocas é regulado pelas obrigações de dar, receber e retribuir, o que o antropólogo Marcel Mauss ([1924] 1974) chamou de “lógica da dádiva”, e cujo princípio fundamental está no comprometimento social daqueles que trocam para além das coisas trocadas. (2007, p. 164)

O que chama a atenção nessa estrutura política é justamente o fortalecimento das relações voltadas para a troca de favores e o controle dos acessos que esse modelo permite fazer. Pesquisando sobre a criação desse vértice do PMDB, em várias favelas do Rio de Janeiro, em especial as com UPP, as associações de moradores estão diretamente conectadas com o PMDB Comunitário. No Borel, Jacarezinho, Caju, Turano, Salgueiro, enfim, o método utilizado para a construção de um elo forte com o poder foi o de ancorar grupos políticos em favelas, o que pode demonstrar um profundo pragmatismo, com as lideranças interessadas em trocar os votos das massas por recursos e investimentos muito pontuais (Kushnir, 1999). A

característica histórica de resistência que marcou a história das associações de moradores se choca com os métodos que lembra o “coronelismo” (Leal, 2012). Não existe nenhum plano de governo, um projeto de intervenção que seja discutido com os moradores através das lideranças. Ao contrário, os grupos nas favelas precisam servir a lógica dos grandes eventos, apoiando as intervenções de grande monta, que normalmente impactam em milhares de remoções.

A lógica de atuação política não é inovadora. A cultura clientelista e a organização em torno de acordos frágeis remonta à obra de Leal (2012), que trata do Coronelismo do início do século XX. Guardando todas as proporções possíveis, o conceito de Leal (2012) facilmente pode ser usado na perspectiva de atuação e criação do PMDB Comunitário. Pelas práticas observadas no campo, e pela própria descrição do modelo tradicional de atuação política, ou seja, negociando os números que são possíveis conseguir com favores de toda ordem, desde uma pequena intervenção dos serviços públicos a uma ajuda para a construção de uma casa. O domínio político no Rio de Janeiro, isto é, governando estado e cidade, foi fundamental para a estrutura do PMDB Comunitário, pois essa estratégia só perdura com ações que reforcem o grupo local, mesmo que apenas peguem carona nas decisões que não tomam nem conhecimento. A lógica é bem exemplificada por Leal (2012) quando explica o sistema de reciprocidade:

E assim nos parece esse aspecto importantíssimo do “coronelismo”, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. (2012, p. 63)

Utilizando de uma alegoria a partir dos conceitos de Leal (2012), o lugar do “coronel local” seria a do deputado Chiquinho da Mangueira. É ele o canal de negociação direta e de barganha política. Em todos os comentários e entrevistas, sobretudo a de opositores, a relação com Chiquinho era descrita como “normal”, “não tenho nada para dizer dele”. A descrição padrão é a de que, apesar dos métodos, Chiquinho atende a todos na Vila Olímpica. A fala de uma moradora da Candelária sintetiza a estratégia política: *“Chiquinho atende todo mundo.. isso ninguém pode dizer*

dele não. Se você chega lá precisando de 50 tijolos, ele pode não mandar tudo, mas ele manda 10 e ajuda. Ele é assim". Um dos líderes do PMDB Comunitário clarifica essa relação com o deputado:

Não, aí é assim, por exemplo, o processo Chiquinho foi que esse grupo que tem algumas pessoas que já eram do PMDB, ele sabendo desse movimento que está tendo, do PMDB Comunitário, ele teve a informação que já tinham pessoas ligadas a ele mesmo, politicamente, seja de ajudar comunitariamente ou não, de dar esse espaço pra... como se fosse um apoiador, tanto que na posse nossa... quando a gente veio a se formar no curso de agente de cidadania comunitária, ele que estava lá, ele que foi o padrinho que assinou... as filiações do PMDB. Na Mangueira. Só que aí acontece que o nosso núcleo é o núcleo Mangueira, mas a gente trabalha regionalmente, aí não é só a Mangueira, e sim São Cristóvão; o nosso grupo aqui, na Zona Norte, que aí vai de Manguinhos, Providência, Barreira do Vasco, Tuiuti, Praça da Bandeira, Leopoldina, Triagem...(C. Liderança Comunitária – PMDB Comunitário)

E esse poder local só foi ampliado. Na última eleição para ocupar a presidência da Escola de Samba em abril de 2013, Chiquinho se candidata e vence. Não é de hoje que a Mangueira escola de samba aparece nos jornais sendo acusada de aliança com o tráfico, corrupção e fraude. Segundo um interlocutor que participa ativamente da escola de samba, Chiquinho conseguiu atrair mais eleitores para eleição, ampliando sua vantagem. O resultado expandiu os poderes do político. Chiquinho da Mangueira agora é presidente da Estação Primeira de Mangueira e o que se escuta na favela é que ano que vem a Mangueira será a campeã do carnaval, pois os acordos agora estão feitos.

Alguns apontamentos da pesquisa

É preciso ressaltar que a UPP não tem a mesma representação da instalação de um equipamento público tal qual uma Escola ou um Posto de Saúde. Há uma relação histórica da Polícia Militar com as favelas que são marcadas pela violência e pela guerra. O lugar que as favelas ocuparam no imaginário da sociedade em toda a sua construção histórica (Valladares, 2000) definiu em certa medida uma relação de hostilidade com os favelados. Apesar do domínio dos grupos criminosos armados,

sobretudo a partir dos anos 1980, a lógica policial trabalhou sempre com a ideia de convivência dos moradores de favelas, o que justificava uma atuação violenta, quase sempre à margem da legalidade.

Dessa forma, o cenário associativo na Mangueira ganha outra composição, mesmo que de forma compulsória. As lideranças tradicionais (associações de moradores, ex-presidentes etc.), as instituições locais (ONGs), grupos políticos (PMDB Comunitário e outros de menor porte), o poder público civil (UPP Social, CRAS, Escolas etc.) e a UPP (poder público militarizado), desde novembro de 2011, convivem no mesmo espaço da favela. Como personagem oculto, inclui ainda o tráfico, que com o advento da UPP reorganiza suas ações, mas permanece coordenando todas as atividades dentro da favela.

A primeira conclusão extraída da pesquisa refere-se à participação do comando local da UPP Mangueira nos coletivos da favela e às mudanças prováveis que podem ocorrer. O acompanhamento cotidiano possibilitou uma nitidez maior desse tipo de análise. O protagonismo do capitão e do projeto UPP em si mesmo estabelece na favela uma nova dinâmica. Menos pela participação policial e mais pelo que é derivado da ocupação policial.

Se existe uma alteração substancial no tecido associativo e na organização de tais grupos, esta se refere predominantemente às relações de perda do controle local e das esferas de tutela sobre as ações realizadas na favela. Traduzindo essa questão, a lógica da pacificação origina uma série de novas possibilidades, especialmente via projetos sociais de instituições externas à favela. A UPP atua na organização do policiamento ostensivo no território, mas também como um “abre-alas” para outros atores. A “tranquilidade”¹⁷ da favela permite esse movimento de desbravamento de novos atores. Eu estava no grupo desses novos atores que “invadiram” a Mangueira e começaram a caminhar pelos becos, a promover encontros e a propor reuniões. E como meu trabalho era desenvolvido pelo viés do poder público e os objetivos maiores estavam ligados à reestruturação urbana via melhoria nos serviços, de imediato passei a ser, de alguma forma, “controlado” e “trazido para perto”, sobretudo pelo PMDB

¹⁷ Essa tranquilidade refere-se ao controle de armamento ostensivo por parte dos traficantes e da redução significativa de tiroteios.

Comunitário. Posso considerar que a primeira interferência no associativismo local refere-se à perda do controle dos acessos no território.

Ponto relevante no coletivo da Mangueira é o grupo do PMDB Comunitário. A lógica utilizada pelo grupo segue a estratégia do domínio dos acessos, sobretudo aos que de alguma forma possibilitam a chegada de serviços e projetos para a favela. A representação e a legitimação de tal grupo se dão da seguinte forma: qualquer iniciativa na favela no sentido de intervenções públicas, seja ela do Estado ou do Município, precisa ser coordenada ou orientada por tal grupo. São eles que montam as estratégias de seus políticos para os eventos, pensando sua importância, estudando o cenário das representações, e como é possível se apropriar politicamente de tal acontecimento. O monitoramento realizado pelo grupo político é fundamental para o modelo de atuação que perseguem.

Nas entrevistas realizadas para a pesquisa, a pergunta sobre as “mudanças no associativismo da Mangueira” tinha uma resposta padrão: a ocupação militar. Para as lideranças, a percepção de mudança está centrada no domínio territorial, ou seja, na proposta de ordenamento da favela, implantando a lógica da cidade sobre o “lôcus do caos urbano”. Além do mais, a chegada da UPP ainda é carregada dos conceitos difundidos pelo Secretário de Segurança do Estado, que diz “entregar o território para a chegada do Social”. Esse “mundo novo” gera perspectivas que na maioria dos casos não se realizam.

O que mudou foi o acesso, só, o acesso, do caminhão da Comlurb antes não poder subir, porque, naturalmente, todo mundo sabe que tinha barricada. Então, eu vou dar um exemplo: lá atrás, ali, na Olaria, tinha uma antiga área que era na praça, que antes não era, teve um processo antes de ter uma praça, porque os garis não podiam chegar ali pra limpar pra essa praça ser das crianças; hoje, foi limpado pela Comlurb, mas não foi feita uma obra ali, essa praça não foi revitalizada... Mudança, mudança; houve diferença? Houve. Até agora só ocupação. Até agora só a ocupação. Em termos evolutivos, social, não aconteceu nada ainda. (B. Liderança Comunitária – Associação de Moradores)

A proposta de ordenamento e legalidade coordenada pela polícia militar com o advento da UPP também modifica a referência dos moradores, que antes apostavam nos chefes do tráfico para definirem algumas situações, e agora se veem tendo que

passar pela base da UPP para dar sequência às suas demandas. Adicionem-se a isso as dificuldades que essa obrigatoriedade no sentido das relações causa nos moradores da Mangueira. A favela é tida como um dos espaços onde as forças do crime organizado resistem justamente pelo arranjo familiar característico.

Portanto, não seria demais falar que a UPP reorganiza o associativismo local da Mangueira. Entretanto, é preciso fazer as conexões corretas, a fim de evitar um diagnóstico precipitado. De fato, as transformações com a chegada da UPP ocorrem pelo fato da criação de novos canais de acesso ao poder público que rompem a lógica tradicional das favelas. Na Mangueira, a maior irritação, mormente do grupo político, era a de não serem avisados (ou convidados) para um evento político na favela. Não estou afirmando aqui que as associações não servem mais nas favelas com UPP, e muito menos que deixaram de ser acessadas. O diagnóstico que consigo fazer a partir de um ano e meio de trabalho de campo indica que a UPP na Mangueira abre novas possibilidades de inserção na favela.

O programa das UPP ainda é muito recente, e ainda sofre pela falta de estrutura conceitual, pela falta de estrutura física e pela deficiência de estrutura no âmbito dos recursos humanos. Além disso, a própria continuidade sempre é colocada em jogo, e os próprios policiais (quando ouvidos) alertam para a descrença na estruturação de uma política pública de segurança (CESEC, 2010). Por isso, ainda não é possível tecer análises que deem conta do programa como um todo, mas, sim, uma análise densa da estratégia do programa numa favela, que, no meu caso, é a emblemática Mangueira. Para os moradores, a relação com a UPP ainda é turva, cheia de desencontros e de desconfiança. As práticas de uma nova polícia ainda não podem ser sentidas no dia a dia da favela. As UPPs ainda precisarão de muitos anos para que as relações sejam refeitas com base no respeito e no entendimento da cidadania dos favelados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURGOS, Marcelo Baumann. *Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de Favela*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESEC/UCAM. *Unidades de Polícia Pacificadora: o que pensam os policiais*. 2010.

FREIRE, Letícia de Luna. *“Em nome da Comunidade”*: o papel das associações de moradores no processo de implantação de uma política urbana em Acari – Rio de Janeiro. In: CEFAL, Daniel, MELLO, Marco Antônio da Silva, MOTA, Fábio Reis e VEIGA. *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

GOLDMAN, Márcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

KUSCHNIR, Karina. *Eleições e representantes no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

_____. *O Cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *Antropologia e Política*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 22, nº 64, junho, 2007.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITE, Márcia Pereira. *Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”*: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Segurança Pública, vol. 6, nº 2, agosto, São Paulo, 2012.

MACHADO DA SILVA, L. A. e LEITE, Márcia Pereira. *Favelas e Democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas*. In: IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

MACHADO DA SILVA, L. A. *A política na favela*. Cadernos Brasilienses (41), maio/jun. 1967.

_____. *Cidadania, Democracia e Justiça Social*. In: IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

_____. *A continuidade do “problema” favela*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz M. de. *Política Ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010.

RIBEIRO, L. C. de Queiroz e OLINGER, Mariana. *A favela como cidade-commodity: desconstrução de uma questão social*. In: MELLO, Marco Antônio da Silva (org.) *Favelas Cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

RODRIGUES, André, SIQUEIRA, Raíza e LISSOVSKY, Maurício. *Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Comunicações ISER. Nº 67, Ano 31, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Jaílson de Souza e BARBOSA, Jorge Luiz. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio; Brasil, 2005.

SILVA, Jaílson de Sousa e, BARBOSA, Jorge Luiz e FAUSTINI, Marcus. *O Novo Carioca*. Rio de Janeiro: Mórula Editora, 2012.

VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

_____. *A Gênese da favela carioca*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, nº44, outubro, São Paulo, 2000.

_____. *Favela, favelas: interrogando mitos, dogmas e representações*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21, nº62, outubro, São Paulo, 2000.

_____. *A invenção da Favela: do mito de origem ao favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.). *Pesquisas Urbanas: Desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de Favela*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

